

## JOIAS SAUDITAS

# Ex-presidente tenta desacreditar apuração

Bolsonaro ironiza erro da PF sobre valor supostamente movimentado com vendas

» RENATO SOUZA  
» MAYARA SOUTO

No relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o esquema criminoso supostamente criado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para vender joias sauditas no exterior, a Polícia Federal afirmou, inicialmente, que foram movimentados R\$ 25 milhões. Esse valor estava calculado com a conversão de US\$ 4 milhões — baseados no valor dos itens preciosos. No entanto, posteriormente, a corporação admitiu um erro e afirmou que o valor global movimentado foi de R\$ 6,8 milhões.

A falha no relatório da corporação foi usada por Bolsonaro para tenta desacreditar as investigações. “Aguardemos muitas outras correções. A última será aquela dizendo que todas as joias ‘desviadas’ estão na CEF (Caixa Econômica Federal), acervo ou PF, inclusive, as armas de fogo”, escreveu o ex-presidente nas redes sociais.

Ele relembrou das investigações sobre a facada que levou de Adélio Bispo, em 2018, em Minas Gerais. “Aguarda-se a PF se posicionar no caso Adélio: ‘Quem foi o mandante?’ Uma dica: o delegado encarregado do inquérito é o atual diretor de Inteligência,” completou. No entanto, o inquérito sobre o atentado já foi concluído. A corporação afirmou que Adélio agiu sozinho e que ele sofre de transtornos mentais.



**Aguardemos muitas outras correções. A última será aquela dizendo que todas as joias ‘desviadas’ estão na CEF (Caixa Econômica Federal), acervo ou PF, inclusive, as armas de fogo”**

**Jair Bolsonaro, ex-presidente da República**

## » Bolsonaro será ouvido em caso de 2018

O ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) será julgado, hoje, por alegações de fraude nas eleições de 2018, que ele venceu. Ele prestará depoimento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) por tentar desacreditar o sistema de votação eletrônico. A audiência é decorrência de uma ação aberta pelo movimento Livres, em 2021, pedindo que Bolsonaro apresentasse as provas de sua acusação. A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que o processo fosse engavetado, sob o argumento de que as falas eram informais e não deveriam ser consideradas declarações oficiais. A apelação foi acatada, mas o Livres recorreu, e o Ministério Público avaliou que o caso deveria seguir a tramitação normal. Ao longo de seu mandato, Bolsonaro insinuou ou afirmou, ao menos 183 vezes, que as urnas eletrônicas eram falsificáveis, segundo o Monitor do Debate Político no Meio Digital, da USP.

A defesa de Bolsonaro também se posicionou sobre o inquérito das joias. Em nota, alegou que o cliente não tinha como atribuição definir com quem e onde ficariam os itens. “Os presentes ofertados a um presidente da República obedecem a um rígido protocolo de tratamento e catalogação e sobre o qual o chefe do Executivo não tem qualquer ingerência, direta ou

indireta, sendo desenvolvido pelo Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (Gadh), responsável por analisar e definir, a partir dos parâmetros legais, se o bem será destinado ao acervo público ou ao acervo privado de interesse público da Presidência da República. Referido gabinete, esclareça-se, é composto por servidores de carreira e que, na espécie, vinham de gestões

anteriores”, enfatizou o texto.

Os advogados sustentam que outros ex-presidentes também ficaram com presentes recebidos, e não foram investigados. “No curso desta mesma investigação — repita-se, estranhamente direcionada apenas ao ex-presidente Bolsonaro —, houve representação para a inclusão do atual presidente da República, tendo em vista as próprias declarações do mesmo de que, quando no exercício de mandato, havia recebido um relógio da sofisticada marca Piaget, presenteados pelo ex-presidente da República Francesa Jacques Chirac”, menciona o comunicado.

Em outro trecho, a defesa questiona a legitimidade do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, alegando que é “evidente incompetência do Supremo Tribunal Federal e da inexistência de qualquer prevenção do ministro Alexandre de Moraes” para conduzir o inquérito.

Por fim, afirmam que “a defesa manifesta sua completa indignação com o fato de que o relatório apresentado pela Polícia Federal imputou — de forma temerária e despida de quaisquer fundamentos factuais ou mercadológicos — que o ex-presidente teria tentado beneficiar-se de valores contabilizados na absurda ordem de R\$ 25.000.000,00, afirmando que, somente após enorme e danosa repercussão midiática, foi retificado pela Polícia Federal”.

## ATOS GOLPISTAS

# Torres alega “suspeição” de delegado

Ed Alves/CB/DA.Press



Um dos indiciamentos do ex-secretário de Segurança do DF é sobre o 8/1

A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres pediu a Corregedoria-Geral da Polícia Federal que reconheça a suspeição do delegado Clayton Eustáquio Xavier, responsável pela condução de duas apurações disciplinares contra o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em um dos procedimentos, o delegado atribuiu a Torres, indiciado no último dia 26, responsabilidade pelos atos golpistas de 8 de janeiro.

Os advogados de Torres alegam “indício de parcialidade” no relatório de seu indiciamento, em que é apontada omissão diante dos atos golpistas. A defesa, liderada pelos juristas Eumar Novacki, Marcus Rafael Santos, Mariana Kneip Macedo e Alessandra Fernandes de Almeida Telles, afirma que o relator do caso na Corregedoria da PF somente “priorizou as provas desfavoráveis ao ex-ministro, dispensando elementos favoráveis ao delegado”.

A banca argumenta que, em 2021, Torres exonerou Xavier do cargo de diretor da Secretaria de Operações Integradas da PF, uma função “prestigiosa e bem

remunerada”, e que garantia, à época, adicional de R\$ 13,6 mil no salário. Esse fato, segundo os advogados, teria criado

“interesse pelo pior resultado possível do procedimento administrativo disciplinar instaurado contra Torres”.

## Impedido

Caso seja reconhecida a suspeição, o processo administrativo disciplinar (PAD) que indiciou Torres será anulado. A defesa pleiteia ainda que a PF abra uma apuração disciplinar sobre a conduta do delegado, sob a alegação de que ele “tinha o dever de se declarar impedido ou, pelo menos, de informar que havia sido exonerado por Anderson Torres”.

Para isso, invoca artigo que proíbe servidor ou autoridade que “tenha interesse direto ou indireto na matéria” de atuar em processos administrativos federais. Segundo os advogados, a exoneração de uma posição de grande destaque no governo federal pode gerar, no agente exonerado, “inequívoco sentimento de contrariedade e antipatia pelo agente que o exonerou”. Na avaliação da defesa, o interesse do delegado nos PADs de Torres é “cristalino”.

Até o fechamento desta edição a Polícia Federal não tinha se manifestado sobre o assunto.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

## Tudo começou com Luís XIV: “O Estado sou eu”

A frase *L'État c'est moi*, no original em francês, é atribuída ao Rei Luís XIV (1638-1715), também conhecido por Rei-Sol, que governou a França e Navarra entre 1643 e 1715. É a síntese do absolutismo, no qual a centralização do poder na figura do rei possibilitou a consolidação dos Estados nacionais, em aliança com a burguesia comercial, que seria fundamental para a expansão europeia e o desenvolvimento do mercantilismo. A oração completa é *je suis la Loi, je suis l'État; l'État c'est moi* (eu sou a lei, eu sou o Estado; o Estado sou eu!). Na monarquia absolutista, o rei controlava a segurança, as contas do governo, as alianças internacionais, o Exército, a Marinha e o espaço público.

A série *Versailles* (Prime Vídeo), drama biográfico de ficção histórica, de 2015, descreve a construção do Palácio de Versalhes, para o qual foi transferida a Corte de Luís XIV, com objetivo de apartar o poder das turbulências de Paris, então uma cidade de ruas estreitas, que facilitavam a formação de barricadas nas revoltas populares. Luís XIV acreditava na origem divina do poder real, porém fez pactos com a emergente burguesia francesa para se manter no poder e reduzir ao máximo a influência da nobreza. Assim, governou por sete décadas.

A frase famosa teria sido dita em 13 de abril de 1655, durante uma sessão tumultuada no Parlamento francês, no entanto não existe nenhum registro oficial sobre isso. Ao morrer, em 1715, aos 77 anos, teria afirmado: *Je m'en vais, mais l'État demeurera toujours* (eu saio, mas o Estado sempre permanecerá). Foi o que aconteceu. Luís XIV gostava de exibir seu poder por meio de luxo e riqueza. Os acervos do Palácio de Versalhes e o Museu do Louvre abrigam muitas joias que pertenceram ao Rei-Sol: rubis, esmeraldas e diamantes rivalizam em beleza nas delicadas peças de ourivesaria. Menos o Diamante Azul, também denominado Bleu de France (Azul de França), que Luís XIV adquiriu por 220 mil libras, o equivalente a 150 quilos de ouro puro à época.

Em 1668, Jean-Baptiste Tavernier, um aventureiro francês, chegou a Versalhes com uma série de diamantes de grande pureza que adquirira na Índia. O maior deles, uma peça de 115 quilates (cerca de 20 gramas) com tom azulado, encantou Luís XIV. Em 1749, Luís XV resolveu incluir o diamante na insígnia da Ordem do Tosão de Ouro, um conjunto de topázios, rubis e outras pedras preciosas, presidido pelo diamante, do qual pendia um velo — símbolo da Ordem — coberto de diamantes.

No início da Revolução Francesa, todas as joias reais foram transferidas de Versalhes para Garde-Meuble, o depósito dos bens da realza, no Hôtel de la Marine, nas proximidades das duas Praça da Concórdia. O antigo camareiro do rei Thierry Ville-d'Avray, entretanto, levou nove caixas de joias para casa. O ladrão foi preso, e as joias recuperadas, mas a notícia correu. Em 11 de setembro de 1792, um grupo de desconhecidos “iludiu” a Guarda Nacional e roubou o tesouro real. Ao longo do tempo, as joias mais importantes foram novamente recuperadas, menos o Tosão de Ouro.

## Sigam o relógio

Em 1812, um diamante de 45,5 quilates e forma oval, cuja origem ninguém conseguia determinar, foi vendido por um joalheiro londrino chamado Daniel Eliason ao banqueiro e colecionador Thomas Hope, que deu o seu nome ao “novo” diamante. Exibia-o com frequência, até mostrá-lo na Exposição Universal de Paris de 1855, quando o gemólogo Charles Barbot relacionou o Hope com a valiosa pedra preciosa do Tosão de Luís XV. A partir de 1896, quando o banco declarou falência, a joia seria leiloadas diversas vezes, até acabar nas mãos do colecionador nova-iorquino Harry Winston, que a doou ao Museu de História Natural do Smithsonian Institution de Washington, onde o Diamante Azul permanece desde 1958.

Ontem, a Polícia Federal, em relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) recebeu US\$ 25 mil (cerca de R\$ 136 mil na cotação atual) em espécie provenientes da venda de joias sauditas recebidas em viagem ao exterior, entre elas um relógio cravejado de diamantes. De acordo com as investigações, Bolsonaro teria recebido o dinheiro vivo do general da reserva Mauro Lourena Cid, pai do tenente-coronel Mauro Cid, que fez delação premiada no inquérito que apura a venda de joias e o envio dos itens de alto valor para venda nos Estados Unidos.

O dinheiro teria sido sacado nos EUA e trazido ao Brasil para ser entregue a Bolsonaro. Ao todo, a corporação aponta que teriam sido movimentados R\$ 6,8 milhões com a venda das joias. O relatório incluiu a descoberta de uma nova joia, levada aos EUA para ser comercializada. Além de Bolsonaro, foram indiciados o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, o pai dele, Mauro Cesar Cid, os advogados Frederick Wassef e Fabio Wajngarten, entre outros. Alexandre de Moraes encaminhou o inquérito policial ao Ministério Público Federal (MPF), para que se pronuncie sobre se denuncia ou não os envolvidos.

Nem de longe Bolsonaro tem o apego às joias de Luís XIV, se o tivesse, elas não teriam sido vendidas. A moral da história é outra: na Presidência, comportou-se como se fosse a personificação do Estado, imaginou que os presentes que recebeu na Arábia Saudita fariam parte do seu patrimônio pessoal. Como ninguém joga diamantes fora, o luxuoso relógio foi o fio da meada. Como o tesouro de Luís XIV, os bens são do Estado. O resto será consequência.



**REDOBRE A SUA ATENÇÃO SE VOCÊ CIRCULO PELO LOCAL.**



**CONSTRUÇÃO DA 3ª FAIXA NO TRECHO SOBRADINHO/PLANALTINA.**

Esse é um local com histórico de acidentes graves. Então, a construção da terceira faixa se tornou necessária para que você possa ter mais segurança.



**DESCULPE O TRANSTORNO.**



Acesse e saiba como essa obra vai facilitar a sua vida.

